



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 1 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Governo tem proposta contra guerra fiscal.....	1
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Taxa de desemprego fica estável	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Honda produz jato executivo nos EUA.....	3
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO Resolução	4
NEGÓCIOS	
A CRITICA São Paulo teme bens de informática mais caros.....	5
ECONOMIA	
A CRITICA Placa indicará isenção de imposto	6
ECONOMIA	
A CRITICA Falta vontade para trabalhar	7
ECONOMIA	
A CRITICA Emprego e qualificação	8
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Ritmo de formalização de empresas no AM diminuiu 82% no ano	9
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Consórcios impulsionaram mercado de autos e Duas Rodas no 1º semestre.....	10
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Eletrônicos devem ficar até 12% mais caros, segundo Abinee	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS AM vence primeira batalha contra São Paulo na 'guerra fiscal' dos tablets.....	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS AM vence primeira batalha contra São Paulo na 'guerra fiscal' dos tablets (continuação)	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Com destaque para a importação, Alfândega do Porto de Manaus arrecada 40% a mais.....	14
ECONOMIA	

Governo tem proposta contra guerra fiscal

Ministro Fernando Pimentel diz que iniciativa integra o novo pacote de ações de estímulo à indústria para 2013

O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, afirmou ontem (31) que o governo prepara uma proposta para alterar o sistema de cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e pôr fim a guerra fiscal entre os estados.

A medida, ainda sem previsão para ser anunciada oficialmente, está sendo formulada pelo ministério da Fazenda e integra o novo pacote de ações de estímulo à indústria que o governo pretende anunciar no primeiro trimestre do ano que vem.

Será o terceiro conjunto de medidas lançadas pelo governo desde agosto de 2011.

Segundo ele, as novas regras levarão em conta os incentivos fiscais já concedidos às empresas nos diferentes estados, um pedido já feito pelos empresários.

"O governo não pensa em fazer uma mudança tão radical que desorganize o sistema produtivo como ele é hoje", explicou.

A declaração foi feita após reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, no Palácio do Planalto, para discutir os resultados do primeiro ano do Plano Brasil Maior, lançado pelo governo em 2011.

Segundo o ministro, das 63 medidas previstas no plano, 49 já estão em operação.

Entre as ações implantadas, estão a desoneração da folha de pagamento para 40 setores considerados intensivos de trabalho, o novo regime automo-

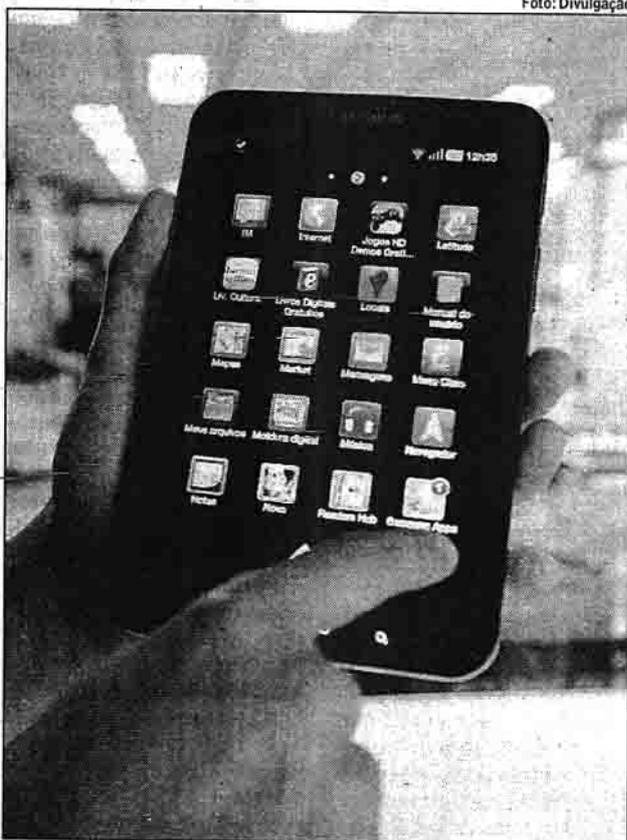


Foto: Divulgação

Guerra fiscal teve a disputa pela produção de tablets como um dos mais recentes motivos

O Brasil aparece como o país que mais abriu investigações sobre dumping - venda de produtos a preços inferiores

tivo e medidas de estímulo às exportações.

Também participaram da reunião o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho,

além de representantes da sociedade civil, como o presidente da CNI, Robson Andrade. A presença da presidente Dilma Rousseff estava prevista para a reunião.

Ela, no entanto, acabou alterando sua agenda e não compareceu.

Protecionismo

Pimentel também afirmou

que as críticas de países desenvolvidos em relação à política de defesa comercial brasileira devem continuar. Mas, segundo ele, esse movimento não fará o Brasil recuar em sua política de defesa comercial.

"Não tem negociação. Se fez desvio de origem, praticou preço subfaturado, nós vamos reagir com medidas registradas na OMC (Organização Mundial do Comércio). Não vamos admitir práticas predatórias", declarou.

Em relatório divulgado ontem (31) pela OMC, o Brasil aparece como o país que mais abriu investigações sobre dumping - venda de produtos a preços inferiores ao custo para eliminar a concorrência ou ganhar mercado- entre os membros do G20, bloco que reúne os países mais ricos. O documento considera processos iniciados de maio a setembro deste ano.

O Brasil vem sendo criticado por potências mundiais nos últimos meses por assumir uma postura protecionista. Segundo Pimentel, a reação já era esperada e as medidas adotadas pelo Brasil são legítimas.

"Dizer que é protecionismo é desconhecer a mais elementar das regras da OMC", afirmou.

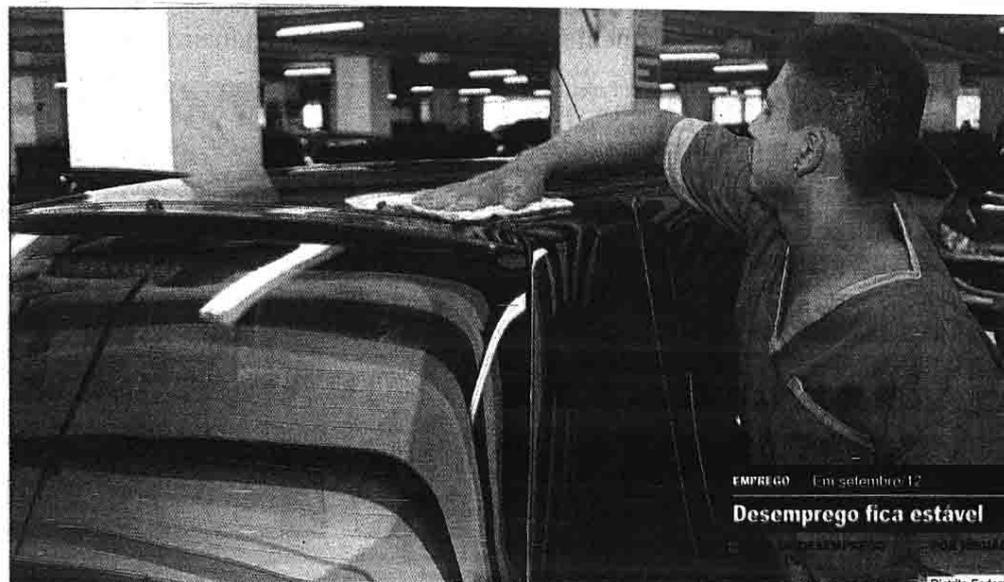
"São grandes produtores de mercadorias que enfrentam enormes dificuldades em seus próprios territórios e precisam desesperadamente desembarcar em mercados novos, como o brasileiro. Por mais que digam que nossa economia é fechada, não é verdade. É uma economia aberta, por isso que é tão cobiçada", afirmou.

Taxa de desemprego fica estável

A taxa de desemprego voltou a ficar relativamente estável no mês de setembro, aponta levantamento divulgado ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). A PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) revela que a taxa passou de 11,1% em agosto para 10,9% no último mês, em seis regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Na apuração de agosto, o índice havia registrado leve alta, passando de 10,7%, em julho, para 11,1%, interrompendo quatro meses de relativa estabilidade.

Em setembro, o nível de ocupação teve leve aumento de 0,4%. Foram criados 82 mil postos de trabalho, o que supera o contingente de pessoas que ingressaram na força de trabalho. A PEA (População Economicamente Ativa) nesse período foi contabilizada em 22,526 milhões, um incremento de 40 mil pessoas na comparação com agosto. Houve redução, portanto, do número de desempregados, passando de 2,487 milhões em agosto para 2,445 milhões no último mês.

Entre as regiões metropolitanas analisadas, a taxa de desemprego apresentou comportamento diferenciado. Foi



Foram criados 82 mil postos de trabalho em setembro, alta de 0,4% sobre o mês de agosto

registrada pequena elevação apenas no Recife, passando de 12,3% para 12,6%. Houve redução no Distrito Federal (de 12,6% para 11,9%), Fortaleza (de 9,4% para 8,7%) e São Paulo (de 11,6% para 11,3%). Em Belo Horizonte (de 5,2% para 5,1%) e Salvador (de 18,8% para 19%), a taxa manteve-se relativamente estável. Em Porto

Alegre, o índice manteve-se em 6,9%.

Assim como o Dieese e a Fundação Seade, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulga levantamento mensal sobre o desemprego no país. No entanto, as taxas apresentadas nas duas pesquisas costumam ser diferentes devido aos conceitos e metodo-

logia usados.

Entre as diferenças está o conjunto de regiões pesquisadas. A PED, feita pelo Dieese e pela Fundação Seade, não engloba o número de desempregados da região metropolitana do Rio de Janeiro. Na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, não inclui Fortaleza e o Distrito Federal.



Honda produz jato executivo nos EUA

A Honda anunciou ontem (31) que sua unidade de aviões baseada nos EUA está fabricando um pequeno jato para cinco passageiros, que se destaca por ter dois motores montados sobre as asas. A produção está sendo feita em Greensboro, no Estado norte-americano da Carolina do Norte. "A certificação federal dos EUA para o motor do jato deve vir antes do fim deste ano e para a aeronave no próximo ano", disse a porta-voz da Honda Fumika Ishioka, em Tóquio.

Entre os aviões similares ao HondaJet estão o Phenom 100, da fabricante brasileira Embraer, e o Citation CJ1+, da norte-americana Cessna. Alguns executivos estão apostando que o projeto da Honda, que analistas afirmam ter atrasado, poderá renovar o espírito de inovação que muitos dentro e fora da Honda acreditam que foi perdido pela companhia.

Segundo a porta-voz da empresa, bem mais de 100 clientes fizeram encomendas pelo HondaJet. A companhia está planejando aumentar a capacidade de produção da unidade norte-americana, Honda Aircraft, para que seja capaz de montar 100 jatos por ano dentro de dois a três anos, disse ela.

Mas a Honda enfrenta grandes obstáculos para entrar



Foto: Divulgação

Segundo a porta-voz da empresa, bem mais de cem clientes fizeram encomendas pelo HondaJet.

no mercado, especialmente diante do design incomum do avião e da falta de histórico da empresa em serviços e manutenção de aeronaves. "Toda essa novidade assusta

muitas pessoas", disse o analista Jeffrey Lowe, da consultoria Asian Sky Group. "Algumas pessoas podem assumir uma atitude de esperar para ver."

Lowe disse que o programa da Honda está com atraso de cerca de dois anos, já que a certificação do jato executivo era esperada para agosto do ano passado. Mas ele duvida

que isso possa representar uma desvantagem, uma vez que o mercado de aviação executiva global tem desacelerado.

O projeto da Honda come-

çou no fim da década dos anos 1980 e naquela época parecia pouco realista: transformar a Honda de uma entre várias montadoras de veículos japonesas na primeira fabricante de aviões bem-sucedida do Japão desde a Segunda Guerra Mundial.

Executivos da Honda afirmam esperar que o HondaJet agite o mercado de jatos executivos com a mesma eficiência no consumo de combustível, design inteligente e baixo preço que permitiu a primeira geração do Honda Civic combater as gigantes automotivas de Detroit três décadas atrás.

O design do jato de 4,5 milhões de dólares, com os motores estranhamente montados sobre as asas, é parte da razão que permitiu maior espaço interno e eficiência no consumo de combustível, disse o engenheiro-chefe, Michimasa Fujino, agora presidente das unidades de aviação da Honda em Greensboro.

Comparado com jatos similares no mercado atualmente, o HondaJet é projetado para voar cerca de 10 por cento mais rápido e pousar e decolar em pistas mais curtas. Segundo Fujino, o modelo precisa de cerca de 20% menos combustível e oferece aproximadamente 20% mais espaço de cabine - tendo um bagageiro "grande o suficiente para a Paris Hilton".

Resolução

Camex reduz imposto de importação de bens de capital e de informática

Foto:Walter Mendes

A Camex (Câmara de Comércio Exterior) reduziu imposto de importação de uma série de bens de capital e de alguns produtos de informática até o fim de junho de 2014, segundo resolução publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira.

A Camex incluiu na condição de "ex-tarifários" bens de capital como contêineres metálicos para uso em caminhões de coleta de lixo, motores marítimos de pistão, fornos a gás natural e equipamentos para dessalinização de água do mar, que agora pagarão imposto de importação de 2 por cento se forem trazidos ao Brasil na condição de novos. A medida acontece depois de decisões semelhantes tomadas pela Camex desde junho. Em bens de informática e telecomunicações, a Camex incluiu na lista de ex-tarifários impressoras de grande formato e qualidade fotográfica, que passarão a pagar imposto de importação de 2 por cento. Já o imposto de importação sobre outras sete categorias de bens de informática novos, incluindo alguns tipos de conversores de



Os contêineres metálicos foram incluídos dentre os bens beneficiados

vídeo e equipamentos de comunicação, foi zerado até o final de junho de 2014.

Antidumping definitivo

Além disso, a Câmara decidiu aplicar direito antidumping definitivo sobre as importações da China e dos Estados Unidos do MDI (diisocianato difenilmetano polimérico). A vigência da determinação é de cinco anos. O MDI polimérico é utilizado em aplicações de espumas rígidas de poliuretanos para refrigera-

ção, isolamento térmico e construção civil. O material também é matéria-prima para fabricação de embalagens, revestimentos, adesivos, além de componente de resinas aglutinantes em aglomerados de madeira e na modelagem de areia com processo de fundição de metais.

A investigação da prática de dumping foi iniciada em junho de 2011, a pedido da Bayer S.A e em abril deste ano a Camex decidiu pela aplicação de direito antidumping provisório.

São Paulo teme bens de informática mais caros

Abinee diz que guerra fiscal levará ao aumento 10% a 12% nesses bens

BRASÍLIA (AGÊNCIA BRASIL) - O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, afirmou ontem que computadores, *tablets*, celulares e produtos de informática produzidos em São Paulo podem ficar de 10% a 12% mais caros por causa de liminar concedida pelo ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, que suspende benefícios fiscais à produção de *tablets* fabricados no Estado em benefício do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Segundo ele, o assunto foi discutido no encontro do Grupo de Avanço da Competitividade



STF suspende benefícios fiscais à produção de *tablets* fabricados em São Paulo

(GAC), que reuniu empresários e membros do governo no Ministério da Fazenda.

A decisão vigorará até que o plenário do Supremo julgue a ação direta de inconstitucionalidade sobre o caso, que questiona o tratamento diferenciado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dado pelo Estado de São Paulo aos equipamentos de tecnologia da informação produzidos em seu território.

A decisão também afeta equipamentos periféricos de computadores, como impressoras e monitores. Para Barbato, a onda de questionamentos na Justiça sobre os incentivos fiscais concedidos aos Estados dificulta as decisões de investimentos dos empresários. "Hoje, o fabricante de computadores e celular não sabe se é melhor investir em Manaus ou em São Paulo", disse.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, disse que a guerra fiscal está criando uma insegurança jurídica no Brasil inteiro entre diversos setores.

Manaus, quinta-feira, 1 de novembro de 2012.

Placa indicará isenção de imposto

Ela servirá para mostrar ao consumidor os produtos da cesta básica com ICMS "cheio" e reduzido

Está em discussão na Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM) a possibilidade de criação de uma placa padrão para identificar, nos estabelecimentos comerciais, os produtos da cesta básica que são beneficiados pela lei n° 2.826, que reduziu de 17% para

1% a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Essa mesma lei abrange também o gás de cozinha.

Segundo o presidente da CDC da ALE-AM, deputado Marcos Rotta, a ideia é que os estabelecimentos comerciais afixem uma tabela comparativa de

preços, em lugares visíveis ao consumidor, com os valores dos produtos da cesta básica com e sem a redução de impostos.

Na avaliação do parlamentar, isso não deve ser encarado como um grande problema, mas sim como uma obrigatoriedade de simples execução.

O assunto foi discutido on-

tem, pela manhã, com representantes de segmentos do varejo de Manaus. Hoje, essa questão será abordado pela direção da CDC com o secretário-executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM), Afonso Lobo, e, no próximo dia 7, a intenção é colocar na mesma sala de reunião da CDC, representantes do segmen-



Cesta local entre as mais caras

to varejista e técnicos do fisco estadual, visto que os empresários cobram ainda ajustes na lei 2.826, criada ainda no governo de Eduardo Braga, hoje senador.

A cesta básica de Manaus está entre as mais caras do País. Na última pesquisa divulgada no dia 5 outubro pelo escritório local do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o preço dela foi de R\$ 287,82, crescimento de 2,05% em relação ao preço da cesta medido em agosto deste ano. Em setembro de 2011, era de 249,38.

Falta vontade para trabalhar

Essa situação, diz o presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayg, cria para o comércio dificuldades para a contratação de pessoal

Diante da proximidade das festas natalinas, o comércio trabalha com a expectativa de contratar até cinco mil atendentes temporários até dezembro. Mas os próprios lojistas, segundo o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayg, acha que será impossível atingir essa meta, pois falta pessoal qualificado e "com vontade" para se trabalhar. "Ouvimos diariamente comerciários afirmando que trabalharão por seis meses, depois passarão outros seis meses em casa recebendo seguro-desemprego. O Governo tinha reavaliado a concessão do benefício", disse Assayg.



Ralph Assayg, da CDL-Manaus

De acordo com Ralph, o setor projetou contratar 2.5 mil trabalhadores neste mês e a mesma quantidade em dezembro. Mas há preocupação entre os lojistas, em face do "sufoco" que é localizar e selecionar colaboradores em Manaus. "Eu, por exemplo, estou à procura e não acho motorista, frentista e de caixa de supermercado para preencher vagas", comentou Assayg.

Para ele, Manaus carrega uma identidade diferenciada de outras cidades brasileiras. "Aqui, a pessoa mais simples consegue uma fruta de graça na feira ou mesmo pescar um peixe. No Nordeste, por exemplo, a situação é outra; devido às dificuldades, as pes-

soas vão procurar um emprego e acabam se profissionalizando".

A remuneração do comerciante é feita durante o trabalho. Há "bons" vendedores e gerentes com salários acima de R\$ 4 mil.

Assayg se queixa ainda quanto ao futuro do comércio, já que no próximo ano será inaugurado o shopping Ponta Negra e há previsão para a abertura de outro, agora na avenida das Torres, bem como a ampliação da rede de supermercados DB.

NATAL

Mesmo diante dessa realidade, lojistas já estão apostando nas vendas de itens natalinos com os profissionais que já atuam

em seus estabelecimentos. A estimativa é que neste Natal ocorra aumento de 9% nas vendas, 2% menor do que o crescimento registrado em 2011.

E para que o consumidor inadimplente volte a ter crédito, a vai até o final deste mês a campanha da CDLM "Limpe Seu Nome". De acordo com Ralph, em setembro a taxa de inadimplência fechou em 3,6% em relação ao mês anterior. "Ainda não fechei o mês de outubro, mas a expectativa é que 20 mil CPFs tenham saído da lista de maus pagadores". Constam no banco de dados da instituição um total de 382 mil CPFs, no ano passado eram 405 mil CPFs.

SPC mostra perfil do inadimplente

Estudo encomendado pelo SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) aponta que 12% dos entrevistados (de um total de 1.277) com as contas em dia também pagam aluguel. Entre os inadimplentes, o número daqueles que moram em casas alugadas é quase três vezes maior: 33%. O estudo mostrou os mais velhos (entre 50 e 64 anos) são os que mais pagam em dia, assim como os empregados com mais de cinco anos e que adotam planejamento financeiro na hora de adquirir um bem.

Emprego e qualificação

Megatemp faz seleção para preencher 150 vagas, enquanto Senac lança curso gratuito para quem quer trabalhar no comércio

CONCURSOS EM ANDAMENTO				
CONCURSOS	VAGAS OFERTADAS	SALÁRIO MÁXIMO	PERÍODO DE INSCRIÇÕES	VALORES DAS TAXAS
Agência Nacional do Petróleo (ANP)	152 para cargos de nível superior a nível nacional, incluindo Manaus	Até R\$ 10.323,20	De 29 de outubro a 19 de novembro (http://www.cespe.unb.br)	R\$80 para analista; R\$100 para especialistas
Banco do Brasil (BB)	Cadastro Reserva - nível médio	Até R\$ 1.892,00	Desde 19 de outubro a 05 de novembro (http://www.concursosfcc.com.br)	R\$ 40
Correios	6.800 (Brasil) para carteiro, operador de triagem e transbordo	R\$ 942,75 5, mais benefícios como vale-alimentação de R\$ 25 por dia, vale cesta básica (R\$ 150), plano medicamento, auxílio-creche, assistência médica e odontológica, plano de carreira e possibilidade de desenvolvimento profissional.	Edital previsto para início de 2013	—
Ibama	108 vagas para o cargo de analista ambiental em Brasília e Rio de Janeiro	R\$ 5.441,24.	De 5 a 26 de novembro (www.cespe.unb.br) -	R\$ 75
Sudam	77 vagas, sendo 29 vagas para o provimento de cargos de analista técnico administrativo, três para contador, 19 para economista, uma para estatístico, duas para químico, 20 para engenheiro civil, uma para biólogo, uma para geógrafo e uma para zootecnista.	—	Previsto para primeiro semestre de 2013	—
Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE)	31 (níveis médio e superior) para os municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Coari, Tefé, Iranduba, Maués, Manicoré, Humaitá, Tabatinga e Manaus.	—	—	—
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Tjam)	268 vagas para cargos de nível fundamental, médio e superior - dos quais 10 para cadastro reserva de juízes substitutos	Até R\$ 19.535,27	Previsão para primeira semana de janeiro (http://www.isaeamazonia.org.br/www/)	R\$ 45 para nível fundamental; R\$ 65,00 para médio; R\$ 85 para superior; R\$ 190 para juízes substitutos

CINTHIA GUIMARÃES

[cynthiaguimaraes@critica.com.br](mailto:cinthiaguimaraes@critica.com.br)

Quem está em busca de qualificação profissional e colocação imediata no mercado de trabalho deve ficar de olho nas oportunidades a seguir.

A Megatemp, empresa de Manaus especializada nas áreas de trabalho temporário, assessoria e consultoria de recursos humanos, recrutamento, seleção e treinamento, está com 150 vagas abertas no momento e a previsão é que abram mais 120 vagas ainda em novembro.

As vagas são: prensista, auxiliar de produção, técnico em eletrônico, cabista, líder de obras, aprendizes PCDS, pro-

motor, ajudante de cozinha, entre outras.

Os candidatos podem comparecer no endereço abaixo no horário comercial e podem também ver as vagas disponíveis na Internet, no site www.megatemp.com.br.

O endereço para a entrega de currículos e seleção fica na rua Monsenhor Coutinho, 113, Centro. Mais informações pelo telefone (92) 3663-9615/3663-7992.

Já o Senac Amazonas está com inscrições abertas para 180 vagas gratuitas para o curso "Talento em Vendas", que ensinará técnicas para atuar no comércio, saber negociar e conhecer o público-alvo. As aulas iniciam

no dia 5 de novembro e serão ministradas na Comepi da Cidade Nova e no Manaus Plaza.

As vagas são para os turnos matutino e vespertino. As inscrições podem ser realizadas nas unidades do Senac-Centro, localizada na rua Saldanha Maranhão, 410 ou na Cidade Nova na rua Visconde de Itanhaem, 863, Cidade Nova I.

Com duração de 20 horas, o curso aborda temas como: estratégias na comercialização; atendimento ao cliente; técnicas de venda; negociação, entre outros conhecimentos necessários para um bom desempenho profissional. Outras informações pelos telefones (92) 3216-5757 / 32165755 ou atra-

vés do site www.am.senac.br.

CONCURSOS

Os concurreiros de plantão devem ficar atentos a uma série de seleções públicas esperadas para dezembro e janeiro.

Para Manaus e interior, o Ministério Público do Estado (MPE) e o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) já anunciaram abertura de editais no próximo mês.

Os órgãos federais também já lançaram concursos este mês com vagas para o Amazonas, como Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Banco do Brasil. Outros aguardados são da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e dos Correios (ver quadro).

Cota para negros em concursos

O Palácio do Planalto prepara o anúncio de um amplo pacote de ações afirmativas que inclui a adoção de cotas para negros no funcionalismo federal. A medida, defendida pessoalmente pela presidente Dilma Rousseff, atingiria tanto os cargos comissionados quanto os concursados. O percentual será definido após avaliação das áreas jurídica e econômica da Casa Civil, já em andamento. O plano deve ser anunciado no final de novembro, quando

se comemora o Dia da Consciência Negra (dia 20).

As ações afirmativas começaram com a aprovação da lei que expandiu as cotas em universidades federais.

A cota no funcionalismo público federal propõe piso de 30% para negros nas vagas criadas a partir da aprovação da legislação. Hoje, o Executivo tem cerca de 574 mil funcionários civis. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial é negro aquele que se diz preto ou pardo.

Ritmo de formalização de empresas no AM diminuiu 82% no ano

TEXTO Gisa Prazeres
FOTO Nome do fotógrafo

MANAUS

A formalização de micros e pequenos negócios pelo Núcleo de Apoio ao Microempreendedor (NAE) teve queda de 82% em setembro desse ano, quando comparado a igual mês de 2011. Enquanto em setembro do ano passado foram regularizadas 104 empreendimentos, no nono mês de 2012 foram somente 19,85 unidades a menos que em 2011. Os dados são da Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab).

No acumulado de janeiro a setembro de 2012, o número de empresas formalizadas pelo NAE também apresentou queda acentuada em relação ao mesmo período de 2011. Nos primeiros nove meses do ano passado, foram registrados 911 negócios no núcleo e nesse ano, 399. Os resultados mostram que, nesse período de 2012, houve redução de 56% dos empreendimentos regularizados, 512 a menos que no ano passado.

Segundo o secretário execu-

tivo da Setrab, Paulo Mendonça Junior, dois fatores contribuíram para a queda na formalização de micro e pequenos negócios pelo NAE. O primeiro, conforme ele, foi um problema na estrutura do prédio onde funciona o núcleo, o qual fez com que o mesmo fosse interditado e as atividades suspensas, e o segundo devido às eleições, por que tiveram que suspender as ações e visitas programadas no interior e na capital. "Esse realmente foi um ano complicado, mas esperamos que até dezembro consigamos chegar ao número de 550 a 600 empreendimentos formalizados", disse.

Mendonça destacou, ainda, que pelo fato de haver 12 órgãos funcionando dentro da estrutura do NAE, o tempo para regulamentação de uma empresa por meio do Núcleo varia de uma semana a dois meses. De acordo com ele, a meta para 2013 é reduzir esse prazo mínimo de uma semana para três dias (72 horas). Entre os órgãos que funcionam no NAE, estão a Sefaz, Semef, Jucea, Sebrae, dentre outros.



Sede do NAE em Manaus passou por reforma neste ano e várias ações no interior foram suspensas em função do período eleitoral

Quem quiser abrir uma empresa basta ir ao NAE de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, para ser orientado do que precisa e como proceder para formalizar o negócio. A sede do NAE está localizada na Avenida Joaquim Nabuco, Centro, ao lado do Sine/AM.

MAIS DADOS

FORMALIZAÇÃO NEGÓCIOS

A redução no número de empresas que saíram da informalidade e ingressaram na formalidade foi de 52% entre os nove primeiros meses de 2011 e 2012

2011	911
2012	399

Consórcios impulsionaram mercado de autos e Duas Rodas no 1º semestre

As contemplações dos consórcios no primeiro semestre deste ano aumentaram ante 2011 e foram responsáveis por 45,7% das vendas de motocicletas no Amazonas, segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (Abac). Conforme os números, das 10,8 mil unidades vendidas no Estado, 4,9 foram por meio de consórcio.

Em 2011, o sistema de consórcio registrou queda no setor de Duas Rodas no Amazonas, ao passar de 44,2% para 40%, no ano passado. Este ano, o sistema rerepresentou crescimento, atingindo 45,7% das vendas. “Os dados revelam que o sistema de consórcios vem ampliando sua representação na comercialização de veículos leves, motos e caminhões no País, ao longo dos últimos três anos”,

explica Paulo Roberto Rossi, presidente executivo da Abac.

Entre os veículos leves (automóveis, utilitários e camionetas), a participação dos consórcios no Amazonas saiu de 11%, no ano anterior, para 15,2%. Ambos os setores cresceram acima das médias nacionais, diferentemente do mercado de caminhões, que ficou em 17,5%, abaixo dos 21,2% do País.

“Em cenário caracterizado pelo crescente planejamento financeiro, observa-se que o consumidor, ano após ano, tem buscado alternativa mais econômica de consumo responsável e consciente”, comentou Rossi.

Conforme a Abac, no primeiro semestre deste ano, as contemplações do setor de veículos leves (automóveis, utilitários e camionetas) e de motoci-



Mais de 40% das motos vendidas foram asseguradas por meio dos consórcios

cletas estiveram mais presentes nas vendas totais da Região Norte. A região, segundo a associação, apresentou o maior crescimento: subiu de 65,1% (2010) para 66,6% (2012), na medida em que a média nacional evoluiu de 37% para 42,5%, nos mesmos períodos.

Eletrônicos devem ficar até 12% mais caros, segundo Abinee

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, afirmou que o preço dos computadores, notebooks, tablets e smartphones pode subir entre 10% e 12% a partir de hoje, como consequência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu os incentivos fiscais dados pelo Estado de São Paulo às empresas que produzissem esses produtos em seu território. A liminar foi concedida após o Estado do Amazonas ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra um decreto paulista que prejudicava a Zona Franca de Manaus.

AM vence primeira batalha contra São Paulo na 'guerra fiscal' dos tablets

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Kevork Djansezian/AFP

MANAUS

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo afirmou em nota ao DIÁRIO que somente tomará qualquer decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo Governo do Amazonas e que contesta os benefícios fiscais concedidos pelo governo paulista aos fabricantes de tablets, após o Supremo Tribunal Federal (STF) levar o caso a julgamento em plenário. A reação se deu após o ministro Celso de Mello conceder uma Medida Cautelar em que determinou a suspensão dos incentivos fiscais que São Paulo havia concedido às empresas de tablet por meio de decreto, bem como não permitir novas concessões.

O procurador-geral do Estado do Amazonas, Clóvis Smith, explicou que a decisão do magistrado foi monocrática, tomada apenas pelo relator,

FRASE



Thomaz Nogueira, Superint. da Suframa

Foi uma vitória para o Amazonas, porque repõe a legalidade da tributação dos tablets...e também tem reflexo positivo na questão do celular e dos monitores”

portanto, só se tornará uma decisão plena após julgamento em plenário. A estimativa é que a Adin ainda volte para discussão no STF, depois do final do julgamento do ‘mensalão’. “O governo de São Paulo ainda pode recorrer. Embora não seja

uma decisão definitiva, não vejo possibilidade dela ser modificada. A liminar suspende a validade dos incentivos concedidos. Se determinada empresa não estava recolhendo nada, ela agora vai ter que passar a recolher. Uma vez julgada de forma definitiva, a decisão pode até ser retroativa”, explicou Smith.

Atualmente, nove projetos para a produção de tablets no PIM foram aprovados pela Suframa, dois já estão sendo executados, o da Digibrás e da Samsung.

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-SP) não informou quais empresas foram beneficiadas com os incentivos fiscais paulistas.

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieaim), Nelson Azevedo, a partir do momento em que é dada uma decisão favorável ao Amazonas, o STF apenas ratifica o entendimento que está mais do que claro na Constituição, que dá autonomia para conceder os incen-

tivos fiscais apenas no Polo Industrial de Manaus (PIM). “O PIM continua sendo uma área boa de investimentos. A cada reunião da Suframa há uma quantidade boa de projetos de implantação, diversificação e ampliação. Os empresários continuam acreditando na região e na decisão das autoridades de preservar e resguardar o modelo”, ressaltou Azevedo.

Histórico

Em julho do ano passado, o Amazonas ingressou com a Adin número 4635 questionando o decreto paulista 57.144, que reduzia para zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos tablets produzidos em São Paulo, enquanto os produtos do PIM são taxados em 12%, quando internados no mercado paulista.

O governador do Amazonas, Omar Aziz, comemorou a decisão do ministro Celso Mello. “É uma grande vitória para o Estado e para o povo, para que nossa economia se fortaleça”, disse.

AM vence primeira batalha contra São Paulo na 'guerra fiscal' dos tablets (continuação)

INVESTIMENTOS

Impasse não afastou fabricantes

Com o incentivo dado por São Paulo, o maior temor das autoridades locais era o de que as empresas levassem sua produção para o Sudeste, ao invés do PIM, a exemplo do que ocorreu com a Foxconn, que passou a fabricar tablets no Estado paulista. No entanto, o impasse não impediu que grandes companhias também apresentassem projetos de produção das pranchetas eletrônicas em Manaus, como a Samsung, Positivo, Digibrás e mais recentemente a Toshiba.

Para o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, a medida do governo paulista, além de ilegal, é prejudicial ao Amazonas e sua anulação terá efeito não apenas sobre a produção de tablets como também de monitores de televisão e de aparelho celular.

Segundo Thomaz, quando o tablet foi introduzido no Brasil, o governo federal classificou como bem de informática, ao mesmo tempo em que melhorou a competitividade do Amazonas em relação ao PIS e Cofins. "Foi uma vitória para o Estado do Amazonas, porque repõe a legalidade da tributação dos tablets e, como nós temos competitividade para produzir tablet aqui, isso vai ser extremamente positivo para a ampliação da nossa produção e também tem reflexo positivo na questão do celular e dos monitores", disse Thomaz Nogueira.

OS NÚMEROS

30

mil unidades de tablets foram produzidas no Polo Industrial de Manaus, de fevereiro até agosto, quando houve um avanço maior na produção.

Com destaque para a importação, Alfândega do Porto de Manaus arrecada 40% a mais

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus arrecadou, em setembro, R\$ 106.644.480, montante que representa um crescimento de 40,5%, se compararmos com a arrecadação do mesmo período do ano anterior, quando atingiu o patamar de R\$ 75.890.205,50.

Só o Imposto de Importação (II) foi responsável pela arrecadação de R\$ 48 milhões, valor 80,44% superior ao arrecadado em setembro de 2011. Somente a arrecadação desse imposto na Alfândega do Porto de Manaus foi o responsável por 76,37% de toda a sua arrecadação na 2ª Região Fiscal, que compreende os Estados da Região Norte, exceto o Tocantins.

O Cofins, que arrecadou R\$ 39,5 milhões no período, e o PIS/Pasep, com R\$ 8 milhões, também demonstraram crescimento percentual de 64,52% e 53,58%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2011.

Outro valor que merece destaque foi o arrecadado com multas. Em setembro, a fiscalização da Alfândega arrecadou R\$ 1,3 milhão, que representa um acréscimo percentual de 62,78% em comparação ao mesmo mês do ano anterior.